

Em defesa de uma História total: o poético e o histórico em José Saramago

Mateus Roque da Silva*

Resumo

José Saramago é um autor eminentemente histórico. Suas obras são urdidas e (re)significadas a partir desse elemento essencial que, por meio de suas lentes criativas, é capaz de se desdobrar poeticamente em diversas formas alegóricas e representativas do mundo concreto, passado e presente. Diante desse inevitável diálogo entre o literário e o histórico em sua obra, grande parte da crítica tem se dedicado, em múltiplas perspectivas analíticas, à compreensão de sua face leitora dos historiadores (VECCHIO, 2017; CERDEIRA, 2018; SILVA, 2022a), evidenciando, em especial, sua aproximação com os paradigmas marxista e da escola francesa dos Annales. O elo entre as duas correntes epistemológicas encontra-se centrado na concepção de História total, isto é, aquela que almeja compreender, em um mesmo plano narrativo, todos os sujeitos históricos, ricos e pobres, clérigos e leigos, dentre outros. A vista disso, o presente artigo objetiva elucidar como José Saramago, um declarado marxista, coaduna-se com essa perspectiva teórica de História Total e, ao mesmo tempo, elucidar como essa concepção materializa-se em sua literatura.

Palavras-chave: José Saramago; história total; história e literatura.

* Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e membro do Grupo de Pesquisa "José Saramago, Leitor de Marx", coordenado pela Profa. Dra. Vera Lopes da Silva. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2292-5197>

In defense of a total History: the Literary and the Historical in José Saramago

Abstract

José Saramago is an eminently historical author. His works are woven and (re)signified from this essential element that, through his creative lens, is able of poetically unfolding in various allegorical and representative forms of the concrete world, past and present. Faced with this inevitable dialogue between the literary and the historical in his work, much of the criticism has been dedicated, in multiple analytical perspectives, to the understanding of the author's facet as a reader of historians (VECCHIO, 2017; CERDEIRA, 2018; SILVA, 2022a), evidencing, in particular, its approach to the Marxist paradigms and the French school of the Annales. The link between the two epistemological currents is centered on the conception of total History, that is, one that aims to understand, in the same narrative plan, all historical subjects, rich and poor, clergy and lay people, among others. In view of this, the present article aims to elucidate how José Saramago, a declared Marxist, is in line with this theoretical perspective of total History and, at the same time, to elucidate how this conception is materialized in his literature.

Keywords: José Saramago. Total History. History and Literature.

Em 1978, por meio da Editorial Estampa, publicou-se, em Lisboa, a tradução de José Saramago de **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade, 980-1420**, do historiador francês Georges Duby (1919-1996). A obra, a partir de uma perspectiva estético-sociológica, começa por discutir o medievo ocidental em sua materialidade, enfatizando a pobreza, o excesso populacional, as péssimas condições de produção e a respectiva escassez de alimentos. Comparado ao Império Bizantino e ao mundo árabe do mesmo período, o ocidente, com exceção da alta nobreza e dos membros do alto clero católico, era “pobríssimo e desamparado. Um mundo cercado pela fome [...]” (DUBY, 1988, p. 13).

De longe em longe, [...] o esqueleto embranquecido duma cidade romana, bairros de ruínas que as charruas contornam, uma cerca nem bem nem mal reparada, edifícios de pedra que datam do Império [romano], convertidos em igrejas ou em cidadelas; **perto deles algumas dezenas de cabanas onde vivem vinhateiros, tecelões, ferreiros, os artesãos domésticos que fabricam, para a guarnição e para o senhor bispo, adornos e armas; duas ou três famílias de judeus que emprestam algum dinheiro sobre penhores [...]** (DUBY, 1988, p. 13, grifo nosso).

A descrição do ambiente urbano medieval realizada por Georges Duby, diferentemente de uma leitura mais tradicional do passado, isto é, centrada nos “grandes” sujeitos históricos, contempla, como se pode observar, uma vasta gama de sujeitos e situações sociais. Do bispo aos judeus e dos ferreiros às guarnições reais, o historiador, em um evidente exercício dialético,¹ almejou alcançar, por meio de seu discurso, a totalidade histórica. Essa forma de apreender o passado, introduzida na historiografia do século XX pelos historiadores sociais ingleses, em especial o marxista Edward Palmer Thompson, subvertia o paradigma analítico mais tradicional, jogando luz sobre outros sujeitos e situações em um movimento que ficou conhecido como a história vista de baixo.² Segundo Jean-Claude Schmitt (1988, p. 261), para os historiadores mais tradicionais:

1 Para Ana Laura Reis Corrêa e Bernard Herman Hess (2011), em seu glossário **Termos-chave para a teoria e prática da crítica literária dialética**, ancorado no pensamento filosófico de Karl Marx, compreendem o princípio da lógica dialética como a tensão entre forças contraditórias. Para os teóricos, “na perspectiva dialética, a contradição exige ser pensada para além da simples oposição ou conciliação entre polos contrários. O pensamento dialético recusa o maniqueísmo e o estático, busca a correlação tensionada e o movimento entre partes adversas. A dialética busca escapar do mecanicismo e, para tanto, pensa os elementos opostos como partes de um todo, portanto, não é possível pensar o todo sem considerar suas partes, tampouco é viável pensar as partes abstraindo-se do todo que elas formam.” (CORRÊA; HESS, 2011, p. 153).

2 Grafaremos “História” com a inicial maiúscula quando nos referirmos à História total, compreendia aqui em sua totalidade e concretude, e “história”, com inicial minúscula, quando nos referimos a uma versão da História, como a história oficial.

[...] **a história era, antes de tudo, obra de justificação dos progressos da fé ou da razão, do poder monárquico ou do poder burguês.** Por isso, durante muito tempo ela se escreveu a partir do “centro”. Os papéis representados pelas elites do poder, da fortuna ou da cultura pareciam ser os únicos que contavam. **A história dos povos se diluía na história dinástica, e a história religiosa na da Igreja e dos clérigos. Fora dos grandes autores e das letras eruditas não havia literatura.** [...] O que escapava ao seu olhar era apenas “resto” supérfluo, “sobrevivência” anacrônica, “silêncio” cuidadosamente entretido ou simples “ruído” sobre o que se evitava falar. (SCHMITT, 1998, p. 261, grifo nosso)

Lançar luz sobre esse “resto”, aparentemente supérfluo, para mantermos os termos de Jean-Claude Schmitt (1998, p. 261), não se constitui apenas em um simples exercício de resgate dos sujeitos e vozes esquecidas (intencionalmente ou não) pelo discurso oficial da história. Antes disso, essa abordagem teórico-metodológica ambiciona complementar um discurso marcadamente fracionado e generalizador. A História, para esses historiadores – *Annales* e marxistas –, deve ser capaz de abarcar ou, ao menos, aspirar alcançar essa totalidade, contemplando, em um mesmo discurso, os nobres e os camponeses, os clérigos e os leigos, os vencedores e os vencidos. Isso equivale dizer que a História, essa grafada em maiúsculo, só pode ser concebida como um único todo, composta por diversas partes, articuladas em vários feixes e possibilidades que, por meio de um constante movimento dialético, se (re)encontram em um mesmo plano.

Para o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1989):

[...] **a escola dos *Annales* se torna advogada da totalidade contra o “pensamento segmentário”,** dos fundamentos econômicos e sociais contra a fachada política, da “longa duração” contra o “eventual”, do “homem global” contra o homem “fracionado”. [...] Ela favorece o estudo da história quantitativa em detrimento da narração cronológica, **a fusão da história e das “ciências sociais” contra a crença na unidade histórica** e a “história estrutural” contra a “história historicizante”. (WALLERSTEIN, 1989, p. 20, grifo nosso).

Para Eduardo Peruzzo (2009), os estudiosos e analistas do passado que partem dessa perspectiva da totalidade, isto é, os *Annales* e o próprio marxismo de que eram leitores, não só reconhecem a existência de uma História do todo, como também buscam subterfúgios para alcançá-la,

descobrimos e encobrimos lacunas, ou, diante dos impasses teórico-metodológicos, ao menos vislumbramos tais possibilidades (PERUZZO, 2009, p. 8). Nas palavras do historiador marxista Eric Hobsbawm (2005):

[...] **as novas perspectivas para a história também devem nos levar a essa meta essencial de quem estuda o passado, mesmo que nunca seja cabalmente realizável: “a história total”.** Não “a história de tudo”, mas a história como uma tela indivisível onde todas as atividades humanas estão interconectadas (HOBSBAWM, 2005, grifo nosso).

José Saramago é um autor que, nessa senda, também vislumbra a totalidade da História. Em certa ocasião, ao ser questionado por Carlos Reis (2018) acerca do carácter parcelar, em seu sentido fracionado, e parcial, em seu sentido ideológico, da História, respondeu:

[...] a História que se escreve e que depois vamos ler, aquela em que vamos aprender aquilo que aconteceu, **tem necessariamente que ser parcelar**, porque não pode narrar tudo, não pode explicar tudo, não pode falar de toda a gente; mas ela é **parcial no outro sentido, em que sempre se apresentou como uma espécie de “lição”, aquilo a que chamávamos a História Pátria.** A questão é que **a mim não me preocupa tanto que ela seja parcial**, quer dizer, orientada e ideológica, porque isso eu posso mais ou menos verificar, perceber e encontrar antídotos para essas visões mais ou menos deformadas daquilo que aconteceu ou da sua interpretação. **Talvez a mim me preocupe muito mais o facto de a História ser parcelar.** [...] Quando eu falei de Auschwitz e do homem de Neanderthal ao lado da Capela Sistina faltou uma quantidade de coisas: faltou o ajudante de Miguel Ângelo que estava a moer as tintas; e no caso de Auschwitz, faltou o honrado (imaginemos que honrado ...) pedreiro que construiu os muros do campo de concentração, se é que os tinha. É que a este mundo vêm milhões de pessoas que se foram embora e não deixaram seus rastros. (REIS, 2018, p. 73).

A angústia do autor português, assim como a de tantos outros estudiosos que se coadunam com a perspectiva da História vista de baixo, reside na parcialidade, ou melhor, na fragmentação dos discursos históricos e, por conseguinte, em sua inevitável exclusão de uma série de sujeitos e vozes da História. Nesses termos, para Saramago, a parcialidade

do pesquisador, em seu sentido ideológico, não se constitui em um efetivo problema de caráter teórico-metodológico, até porque a ciência histórica contemporânea não é, e não pretende ser, neutra. Contudo, de forma inversamente proporcional, tem-se a construção de uma narrativa que também é parcelar e que, embora não possa deixar de o ser, comporta-se, no campo das aparências, como representante de uma totalidade histórica. Na visão do ficcionista, é justamente nessa concepção totalizante da história oficial que reside o maior dos problemas, pois, para que esse discurso efetivamente impere como total, é necessário que se generalize e, principalmente, que se excluam as outras partes não contempladas por essa mesma narrativa.

Teresa Cristina Cerdeira, em sua tese **José Saramago entre história e ficção**: uma saga de portugueses, originalmente publicada em 1987, realiza um importante estudo que se dedica justamente à compreensão de José Saramago como leitor desses historiadores.³ O trabalho discute três obras do romancista de grande cunho histórico: **Levantado do chão** (1980), **Memorial do convento** (1982) e **O ano da morte de Ricardo Reis** (1984), nos quais, para Cerdeira (2018), o que une essas produções é o fato de se servirem da história do povo português e não de seu Estado. Para ela:

[...] já não nos parece que a história surja, aí, como simples elemento ou técnica capaz de criar no leitor o sentimento de estar em contato com um “discurso de verdade”. Aqui [...] **prevaleceria o desejo de fazer história, numa espécie de pressentimento e um longo vazio que um discurso histórico falido foi incapaz de suprir. O texto de Saramago apontaria, então, para uma “nova história” de portugueses (e não mais de Portugal), apresentada agora com roupagem literária, pela ótica desse poeta/historiador que enriquece o dito com a especificidade própria da literatura. Já não estariam os seus romances no nível da “fingida veracidade” [...] mas do “fingimento verdadeiro”. Saramago explicita o seu desejo de fazer história e de repensar, desta forma, o modelo do romance histórico português. Será, então, possível acreditar que a “nova história” portuguesa estaria surgindo do discurso literário de um autor consciente e estudioso da História?** (CERDEIRA, 2018, p. 30-31, grifo nosso).

3 Diversos pesquisadores contemporâneos têm se dedicado à essa questão, dos quais destacamos: Gobbi (2011); Silva (2014); Canto (2015); Redu (2015); Vecchio (2017); Silva (2022a); Silva (2022b).

Em suma, para José Saramago, “é preciso deixar de fazer História de Portugal, para se começar fazer História dos portugueses”.⁴ Na esteira dessas duas falas, compreende-se que o autor português não se portaria apenas como um replicador do discurso historiográfico oficial, transpondo-o irrefletidamente às suas obras, mas, ao contrário, ele estudaria atentamente seus mecanismos de composição, adaptando-os teórico-metodologicamente à sua própria literatura. Esse comportamento, assim lido por Teresa Cerdeira (2018), posiciona **Levantado do chão**, **Memorial do convento** e **O ano da morte de Ricardo Reis** no seio da epistemologia histórica proposta pela *Nouvelle Histoire*, em evidência a partir dos anos de 1970 e 1980.

A ambição do ficcionista é alcançar a história dos portugueses, de todos eles, isto equivale dizer, dos pobres e dos ricos,⁵ dos homens e das mulheres,⁶ dos jovens e dos velhos,⁷ dos habitantes dos grandes centros urbanos e dos habitantes do interior,⁸ em seus mais diversos contextos. No entanto, do ponto de vista historiográfico, ir ao encontro de todas essas vozes constitui-se em uma tarefa quase que irrealizável, uma vez que, na maioria das vezes, esses indivíduos passaram anonimamente pela história oficial e deles não se têm vestígios concretos. Contudo, para Leyla Perrone-Moisés (1990), é justamente diante desse impasse que a literatura pode contribuir com a construção de uma História total, pois “na sua gênese e na sua realização, a literatura aponta sempre para o que falta, no mundo e em nós. Ela empreende dizer as coisas como são, faltantes, ou como deveriam ser, completas. [...] Ela está sempre dizendo que o real não satisfaz.” (MOISÉS, 1990, p. 104). O horizonte literário, nesse sentido, “é sempre o real que se pretende representar em sua dolorosa condição de falta ou representar numa proposta alternativa de completude.” (MOISÉS, 1990, p. 106).

Em conferência proferida na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1999, José Saramago, ao discursar acerca dessa tensão entre o histórico, o poético e a totalidade, fez-se entender a partir da seguinte exemplificação:

4 Frase pronunciada no auditório da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1984, durante um debate entre escritores portugueses.

5 Por exemplo, *O conto da ilha desconhecida* (1997).

6 Por exemplo, *Alabardas, alabardas, espingardas, espingardas* (2014).

7 Por exemplo, *A maior flor do mundo* (2001).

8 Por exemplo, *Levantados do chão* (1980).

O historiador Max Gallo resolveu um dia começar a escrever romances sobre temas históricos por sentir a necessidade de equilibrar por meio da ficção a insatisfação que lhe causava a impossibilidade de expressar na História todo o passado. Foi buscar as potencialidades da ficção, à imaginação, à elaboração livre sobre um tecido histórico definido, o que sentira faltar-lhe enquanto historiador, isto é, as complementaridades duma realidade. Não estava muito longe deste sentimento, suponho eu, o grande Georges Duby, quando escreveu na primeira linha de um dos seus livros: “Imaginemos que ...”. Precisamente aquele imaginar que antes havia sido considerado o pecado mortal dos historiadores positivistas e seus continuadores de diferentes tendências. (SARAMAGO, 2000, p. 12-13, grifo nosso).

Max Gallo (1932-2017), a quem se refere Saramago, foi um importante historiador e escritor francês que, conforme se observa no excerto, transitava com facilidade entre os campos do factual e do fictício. O autor português, como é de se supor, não apresenta esse exemplo despropositadamente, pois busca aclarar as causas que levaram o historiador a optar pela escrita da história via ficção. Saramago, com base nas próprias percepções de Gallo, esclarece que este sentia “a necessidade de equilibrar por meio da ficção a insatisfação que lhe causava a impossibilidade de expressar na História todo o passado [...]” (SARAMAGO, 2000, p. 12). A explanação não deixa espaço para muitas interpretações díspares, o que há aqui é um simples desejo de, mesmo que pelos caminhos fictícios, alcançar uma totalidade histórica ou, ao menos, vislumbrá-la.

A questão, portanto, poderia se resumir da seguinte maneira: a ficção apresenta-se como modo de escrita capaz de complementar, preencher, jogar luz sobre a própria escrita da história, incapaz de, isoladamente, alcançar a totalidade do passado. A súmula encaminha-nos para o segundo historiador citado, nas palavras de Saramago, “o grande George Duby”. O ficcionista português recupera uma das frases mais famosas do historiador francês, que se encontra nas primeiras linhas da obra **A Europa na Idade Média**.

Imaginemos. É o que os historiadores sempre veem obrigados a fazer. Seu papel é o de recolher vestígios, os traços deixados pelos homens do passado, de estabelecer, de criticar escrupulosamente um testemunho. **Esses traços, contudo,**

principalmente aqueles deixados pelos pobres, pelo cotidiano da vida, são tênues, descontínuos. Para tempos muito remotos, como o de que tratamos aqui [Idade média], eles são raríssimos. Sobre eles podemos construir uma armadura, que, no entanto, é muito frágil. Entre esses poucos esteios permanece aberta a incerteza. **A Europa do ano mil, portanto, é preciso imaginá-la [...]** (DUBY, 1988, p.1, grifo nosso).

É justamente esse “imaginemos” que, segundo José Braúna (2019, p. 280), desperta a atenção de Saramago ao ler o historiador, uma vez que a imaginação, via de regra, posta para fora das fronteiras históricas, em Duby e seu fazer historiográfico, é essencial. Para ele, “o imaginário tem tanta realidade como o material, [...] o vestígio de um sonho não é menos ‘real’ que o de um passo [...]” (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 38). A ausência de fontes, conforme assinalado por Duby (1988), fizeram com que o autor português se posicionasse criticamente diante da ciência histórica, pois, para ele:

[...] não me [Saramago] satisfaz aquilo que os textos históricos me dizem; informam-me, esclarecem-me, evidentemente, porque é justamente para isso que a História se faz, que a História se escreve, mas a verdade é que me deixa sempre com essa sensação de falta, de ausência – falta aqui qualquer coisa – e digamos que com este romance [*História do cerco de Lisboa* (1989)] e com o meu trabalho de ficção [...] é como se eu quisesse acrescentar, como se quisesse dizer: “atenção”, o que disseram está bem, mas falta qualquer coisa, que eu venho dizer [...] (MATIAS; ROANI, 2008, p. 5, grifo nosso).

Em vista disso, o ficcionista não objetiva anular o discurso da história oficial, mas, antes disso, utilizá-lo como ponto de partida para o desvelar de outros discursos, igualmente integrantes da mesma totalidade histórica. Esse ponto de partida, fortemente enraizado no imaginário social, no entanto, não é recuperado passivamente, muito pelo contrário, pois o autor o confronta, o questiona e o indaga, na intenção de desvelar o passado acerca dos sujeitos e vozes ausentes (ou retiradas por alguma perspectiva ideológica). Assim como Max Gallo, portanto, o autor de **Ensaio sobre a cegueira** utiliza-se da ficção, da imaginação, como meio, e também forma, de vislumbrar uma totalidade histórica.

Todos esses pressupostos teóricos, passados dos historiadores sociais ingleses aos *Annales* e, posteriormente, a José Saramago, conforme se evidenciou, encontram-se bem fundamentados no pensamento filosófico de Karl Marx, esse que concebe a História como concretude material e total. A acepção marxiana é materialista, discute seu objeto, isto é, o humano, a partir de suas ações concretas no mundo, eminentemente histórico (MARX, 2011, p. 25). Para o filósofo alemão, conforme explicitado na introdução aos *Grundrisse* (2011), “quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo [...] parece como dependente, como membro de um todo maior [...]”, mais amplo e, portanto, mais complexo (MARX, 2011, p. 40).

Feitas tais considerações, passemos a discutir, ainda que brevemente, como essas respectivas abordagens teóricas se materializam em algumas produções de José Saramago. Para tanto, abriremos essa seção com a crônica “As memórias alheias”, presente na obra **A bagagem do viajante**, uma coletânea de crônicas originalmente publicadas em periódicos portugueses, como **A capital** e o **Jornal do fundão**, entre os anos de 1969 e 1972. O texto, em uma espécie de retomada comemorativa, faz alusão ao 5 de outubro de 1910, quando os portugueses, após dias de conflitos contra as forças monarquistas, instauraram um regime republicano no país. Nesse contexto, esclarece o narrador:

[...] há uns bons vinte anos deu-me um interesse repentino pelos casos e pessoas do começo do século [XX]. Achava eu que naquele tempo estaria a explicação de coisas que não conseguia entender e que ainda hoje basto me confundem, e se é verdade que não me esclareci muito, **pude ao menos reconhecer umas tantas pessoas de quem o ensino oficial pouco mais me dera que o nome**. Gastei horas inúmeras no ambiente cheirante a bafio de alfarrabistas, esgrilando nas prateleiras à busca de livros que me dessem o santo-e-senha desejado, o abre-te Sésamo, uma simples chave capaz de me ajudar a decifrar as linhas cruzadas daqueles homens que na cidade de Lisboa [...] andaram por salas fechadas, por corredores sombrios, por largas avenidas varridas de tiros, conspirando e tecendo, e por fim atirando às claras os gritos da República. Juntei dezenas de livros, tomei notas, organizei um grosso ficheiro que depois deixei dispersar: **metera-se-me na cabeça fazer obra de historiador, escavar os textos e as memórias dos outros até encontrar o veio de água livre, a verdade puríssima**. (SARAMAGO, 1996, p. 125, grifo nosso).

A crônica, em forte tom confessional, revela-nos uma voz sensível que, por horas e com afincos, dedicou-se ao exercício de auscultar outras vozes do passado, quase que imperceptíveis. Contudo, apesar do esforço empreendido escavando os textos e as memórias alheias, tal como os historiadores, não lhe foi possível ouvir e recuperar as vozes de todos os sujeitos passados, resultando, “ao cabo de um ano”, continua ele, na desistência. “Não tive resistência bastante, e hoje, de tão boas intenções, restam-me uns poucos livros, umas raras notas que a ninguém servem. Falhei, aborreço-me por ter falhado [...]” (SARAMAGO, 1996, p. 125).

Entre mortos e feridos, se a relação de Steffanina não foge à verdade, foram 440, e se, para o reconhecimento da gravidade do caso, 76 mortos chegam, aí os tem o leitor. Há nesta lista poucas figuras conhecidas de quem tenha ficado o nome: o almirante Cândido dos Reis é o mais familiar, e este tem apelido em esquina de avenida, mas de jeito que ninguém saiba de quem se trata [...]. Boa razão tinha aquele polícia amador do Edgar Poe, que dizia não haver melhor modo de esconder alguma coisa que tê-la bem à vista [...] (SARAMAGO, 1996, p. 126 - 127).

Entre mortos e feridos, poucos são os conhecidos e, por qualquer “pergunta sem literatura” (SARAMAGO, 2001), serão esses os protagonistas de José Saramago, pois “é esse sentido da pessoa comum e corrente, aquela que passa e que ninguém quer saber quem é, que não interessa nada, que aparentemente nunca fez nada que valesse a pena registrar, é a isso que eu [Saramago] chamo as vidas desperdiçadas [...]” (REIS, 2018, p. 74). São múltiplos sujeitos que, por razões diversas, desaparecerão de nossa memória coletiva e, se isso realmente se suceder, a História, ou melhor, a História do 5 de outubro de 1910, nunca poderá ser completa.

Vou percorrendo os nomes e vejo as profissões: soldados, marinheiros, carpinteiros, tipógrafos, alfaiates, comerciantes, tanoeiros, descarregadores, padeiros, funileiros, tecelões, serralheiros, estudantes, moços de fretes — um rosário interminável de ofícios populares. E, **neste ler e pensar, encontro de súbito o número 399 da lista com a seguinte menção: “Desconhecido.”** Nada mais além de o ter morto uma arma de fogo e ter recolhido à morgue. Ponho-me a reflectir, a olhar a palavra irremediável, **e digo a mim mesmo, enfim, que se não**

escrevi a verdadeira história da revolução de 5 de outubro foi apenas porque nunca conseguiria saber quem havia sido aquele homem: 399, morto com um tiro e transportado para a morgue. Anónimo português [...] (SARAMAGO, 1996, p. 127, grifo nosso).

Walter Benjamin (2012), um dos grandes leitores do marxismo ao longo do século XX, na sua terceira tese sobre a História, expressa uma postura que nitidamente podemos associar à forma com que José Saramago cria o seu relato. Para o teórico alemão, “o cronista que narra profundamente os acontecimentos, sem distinguir grandes e pequenos, leva com isso a verdade de que nada do que alguma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a história [...]” (BENJAMIN, 2012, p. 242).⁹ Na leitura benjaminiana (2012), centrada nos pressupostos de totalidade marxiana (2011), o passado histórico espera de nós, sujeitos do presente, sua redenção, porém, ela só pode efetivar-se a partir de uma humanidade igualmente redimida. A redenção humana, por sua vez, segundo Michael Löwy (2005), leitor de Benjamin, só pode consumir-se por meio da “rememoração integral do passado, sem distinção entre os acontecimentos ou indivíduos ‘grandes’ e ‘pequenos’. Enquanto os sofrimentos de um único ser humano forem esquecidos, não poderá haver libertação.” (LÖWY, 2005, p. 54). Portanto, que Saramago os procure e, fazendo-o, (re)conceda-lhes o direito enunciativo, aproximando-nos desta História total.

A segunda obra a que nos dedicaremos é o romance **Memorial do convento**, publicado em 1982, no qual Saramago expressa nitidamente seu posicionamento em relação à História, fortemente ancorado no seguimento teórico até então aqui expresso. No texto, o ficcionista revisita as circunstâncias de construção do convento de Mafra, ao longo do século XVIII, erigido graças a uma promessa do rei D. João V, ansioso por um herdeiro. O personagem histórico, central à narrativa oficial, é o gatilho dos eventos que se sucedem na narrativa, no entanto, por razões ideológicas, não ocupará um lugar de destaque, pois onde a história oficial afirma que o rei “ergueu o convento de Mafra”, Saramago atenta às lacunas da sentença, uma vez que, historicamente, não foi apenas D. João V sujeito de ação,

9 Para Michael Löwy (2005), Benjamin “escolheu o cronista por que ele representa essa história ‘integral’ que ele afirma ser seu desejo: uma história que não exclui detalhe algum, acontecimento algum, mesmo que seja insignificante e, para a qual nada está perdido [...]” (LÖWY, 2005, p. 54).

em sua posição de dirigente da construção, mas também seus súditos, em precárias condições de trabalho.

Em **Memorial do convento**, tem-se o questionamento dessa construção historiográfica, negando a possibilidade de uma única história, nesse caso oficial, que objetiva enaltecer, quase exclusivamente, os grandes homens do passado. O que acontece no romance é o desnudamento das outras partes (sujeitos) que também integraram o referido empreendimento. Em Saramago, como se pode observar, não se censura a participação dos “grandes homens”, haja vista a presença do rei D. João V, de sua esposa, a rainha D. Maria Ana Josefa, e de toda sua corte. O que se tem na ficção saramaguiana é a busca de uma totalidade histórica, o desabrochar de outros sujeitos, como é o caso de Baltazar e Blimunda, o casal que metonimicamente representa os marginalizados. Esses últimos, comumente renegados às sobras por serem alijados dos discursos oficiais da história (evidentemente parciais), são alçados à luz por uma obra literária que atenta à essas lacunas e convoca ao protagonismo:

Alcino, Brás, Cristóvão, Daniel, Egas, Firmino, Geraldo, Horácio, Isidro, Juvino, Luís, Marcolino, Nicanor, Onofre, Paulo, Quitério, Rufino, Sebastião, Tadeu, Ubaldo, Valério, Xavier, Zacarias, **uma letra de cada um para ficarem todos representados, porventura nem todos esses nomes serão os próprios do tempo e do lugar, menos ainda da gente**, mas, enquanto não se acabar quem trabalhe, não se acabarão os trabalhadores, e alguns destes estarão no futuro dalguns daqueles, à espera de quem vier a ter o nome e a profissão [...] (SARAMAGO, 1983, p. 242, grifo nosso).

O autor reconhece que, mesmo na ficção, é impossível a um único discurso abarcar a totalidade histórica, mas, nem por isso, o ficcionista perderá de vista esse objetivo. Saramago, em um ato poético, projeta um nome correspondente a cada uma das letras do alfabeto português, como forma metonímica de contemplar a todos os sujeitos, de modo que se sintam devidamente representados por seu discurso. Ao chamar atenção para as lacunas históricas, o narrador de **Memorial do convento** complementa: “Já que não podemos falar-lhes das vidas, por tantas serem, ao menos deixemos os nomes escritos, é essa a nossa obrigação, só para isso escrevemos, torná-

los imortais, pois aí ficam, se de nós depende [...]” (SARAMAGO, 1983, p. 242).

O que há na poética saramaguiana é a soma das partes narrativas e não a sobreposição de uma à outra. Em Marx, retomando o debate, esse é o movimento que se efetiva, pois, na composição geral, são as várias partes que, conjuntamente, comporão a História total. Desse modo, estarão presentes as perspectivas do dominador e do dominado ou, em termos mais práticos, do senhor e do escravizado, do dono de terras e do servo, do proletário e do burguês, e assim por diante. No entanto, do ponto de vista metodológico e considerando a percepção dialética marxiana da história, ontológica por suas contradições e relacional ante as mudanças nas relações e circunstância que descreve:

[...] não basta para uma história total enumerar os diversos fatos e distintos problemas, **mas sim propor uma maneira de aproximá-los de maneira articulada e estrutural e não meramente sobreposta.** Uma perspectiva de história universalizante (ou geral) mesmo que conseguisse levantar todos os fatos acerca de seu objeto, ainda assim não seria uma história total. (PERUZZO, 2009, p. 8, grifo nosso).

Para que seja possível a efetivação de uma História total é preciso que todas as partes estejam postas em diálogo, e Saramago tem plena consciência disso. Conforme aclarado em Walter Benjamin (2012), nenhuma das partes (sujeitos) devem ficar para trás e, nesse sentido, complementa Leyla Perrone-Moisés (1990), reside o maior triunfo da literatura, pois é a partir de sua capacidade de representar o que poderia ter acontecido, de sugerir o que poderá acontecer e revelar as possibilidades irrealizadas do real “que a literatura pode ser e é revolucionária: por manter viva a utopia, não como imaginário impossível, mas como possível [...]” (MOISÉS, 1990, p. 107-108).

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRAÚNA, José Dércio. A trama cruzou-se com a urdidura: a ficção de José Saramago e o encontro com a história segundo Georges Duby. **Revista em Perspectiva**, v. 5, n. 1, 2019, p. 262-282.

CANTO, Filipe Cambraia do. **Críticas à historiografia e às suas barreiras hierárquicas em História do cerco de Lisboa, de José Saramago**. 61f. Monografia (História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de História, Porto Alegre, 2015.

CERDEIRA, Teresa Cristina. **José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses**. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.

CORRÊA, Ana Laura dos Reis; HESS, Bernard Herman. Termos-chave para a teoria e prática da crítica literária dialética. In.: BASTOS, Hermenegildo; ARAÚJO, Adriana De F. B. (org.). **Teoria e prática da crítica literária dialética**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011, p. 149-180.

DUBY, Georges. **A Europa na Idade Média**. Tradução de Antonio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DUBY, Georges. **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade, 980 – 1420**. Tradução de José Saramago, Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

DUBY, Georges. LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Tradução de Teresa Meneses. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. **A ficcionalização da história: mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

HOBSBWAM, Eric. In defense of history. **The Guardian**: News website of the year, Londres, 15 de Janeiro de 2005.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica a economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATIAS, Felipe dos santos; ROANI, Gerson Luiz. História do cerco de Lisboa: as fontes de José Saramago e a transfiguração da História. **Revista literária do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa**, 2008.

MOISÉS, Leyla Perrone-. A criação do texto literário. In.: MOISÉS, Leyla Perrone-. **Flores na escrivania**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 100-110.

PERUZZO, Eduardo Holderle. **A História total e os Annales**: história parcial de uma proposta historiográfica. 67f. Monografia (História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Departamento de História. Porto Alegre, 2009.

REDÜ, Iarima Nunes. **Os muitos cercos de Lisboa**: a reconfiguração ficcional do intertexto historiográfico em História do Cerco de Lisboa de José Saramago. 189f. Dissertação (Literatura Portuguesa e Luso-africanas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Letras, Porto Alegre, 2015.

REIS, Carlos. **Diálogos com José Saramago**. Belém: Edufpa, 2018.

SARAMAGO, José. **A maior flor do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SARAMAGO, José. **A bagagem do viajante**: crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SARAMAGO, José. **Memorial do convento**. São Paulo, Difel, 1983.

SARAMAGO, José. A história como ficção, a ficção como história. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 27. 2000, p. 09-17.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In.: LE GOFF, Jacques (org.). **A nova história**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 261-290.

SILVA, Mateus Roque da. **José Saramago, leitor dos historiadores: tensões entre a literatura, a epistemologia histórica e o pós-modernismo em História do cerco de Lisboa**. 135f. Dissertação (Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Letras, Belo Horizonte, 2022a.

SILVA, Renata Alves da. **História e ficção: territórios em conflito em História do cerco de Lisboa, de José Saramago**. 118f. Dissertação (Literatura e crítica literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Literatura e crítica literária, São Paulo, 2014.

SILVA, Vera Lopes da. Ensaio sobre a cegueira e Ensaio sobre a lucidez: estética e engajamento promovidos por José Saramago, leitor de Marx. In: NOGUEIRA, Carlos. **José Saramago: a escrita infinita**. Lisboa: Edições tina-da-china, 2022b, p. 17-41.

VECCHIO, Daniel. As práticas indiciárias de José Saramago. RCL – **Convergência Lusíada**, n. 37, 2017, p. 108- 127.

WALLERSTEIN, Immanuel. O homem da conjuntura. In.: LACOSTE, Yves (Org.). **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989.